Unidade Orçamentária	22.01.00	SECRETARIA DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE
Classificação Funcional	27.812.0053.2165	Apoio ao Esporte Amador, Lazer, Eventos, Escolinha
Categoria Econômica	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO
Vínculo	1.500.0000.0000	RECURSOS ORDINÁRIOS - EXERCÍCIO CORRENTE
Valor	30.000,00	
Dotação	655	
Unidade Orçamentária	13.01.00	SECRETARIA DE TRANSPORTE E SERVIÇOS URBANOS
Classificação Funcional	15.451.0034.2168	Recuperação e Pavimentação de Ruas e Avenidas
Categoria Econômica	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO
Vínculo	1.500.0000.0000	RECURSOS ORDINÁRIOS - EXERCÍCIO CORRENTE
Valor	30.000,00	
Dotação	358	
Unidade Orçamentária	10.01.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Classificação Funcional	12.361.0021.2071	Manutenção e Revitalização do Ensino Fundamental 3
Categoria Econômica	3.3.90.39.00	OUTROS SERV TERC PES.JURIDICA
Vínculo	1.500.0025.1005	EDUCAÇÃO EMENDA PARLAMENTAR BANCADA
Valor	456.214,95	
Dotação	828	
Unidade Orçamentária	17.01.00	SECRETARIA DE MUNICIPAL DE GESTÃO
Classificação Funcional	06.183.0044.2145	Implementação e Execução do Programa Aracruz sem m
Categoria Econômica	3.3.90.39.00	OUTROS SERV TERC PES.JURIDICA
Vínculo	1.500.0000.0000	RECURSOS ORDINÁRIOS - EXERCÍCIO CORRENTE
Valor	1.241.000,00	
Dotação	614	
Unidade Orçamentária	12.01.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA
Classificação Funcional	23.695.0029.2102	Melhoria em Infraestrutura de Apoio ao Turismo e l
Categoria Econômica	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO

Vínculo	1.500.0000.0000	RECURSOS ORDINÁRIOS - EXERCÍCIO CORRENTE
Valor	24.000,00	
Total Anulações	1.811.214,95	
Excesso de Arrecadação	465.250,00	
Total	2.276.464,95	

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Prefeitura Municipal de Aracruz, 18 de junho de 2025

LUIZ CARLOS COUTINHO
Prefeito Municipal
Protocolo 1575938

LEI N.º 4.789, DE 18/06/2025.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO TÍTULO DE UTILIDADE PÚBLICA À FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES DE ARACRUZ (FAMA).

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARACRUZ, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO; FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica concedido o Título de Utilidade Pública à Federação das Associações de Moradores de Aracruz (FAMA), legalmente constituída e inscrita no CPNJ 37.862.312/0001-14, com sede à Rua Prefeito Augusto Ferreira Lamego, 86 - Sala 04 - Vila Nova - Aracruz - ES.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Aracruz, 18 de junho de 2025.

LUIZ CARLOS COUTINHO
Prefeito Municipal
Protocolo 1576029

Edital

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE ARACRUZ-CMDCA - Criado pela Lei nº 1.451 de 28/11/1990, revogada pela Lei nº 1.623 de 15/07/1993, revogada pela Lei nº 2.441 de 09/01/2002 e revogada pela Lei nº 3.172 de 30/12/2008, revogada pela Lei 4.007 de 02 de dezembro de 2015, alterada pela Lei 4.082 de 20 de setembro de 2016 - REVOGADA PELA Lei 4751/2025.

EDITAL CMDCA nº 001 de 11 de junho de 2025.

A PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE ARACRUZ, no uso da atribuição que lhe é conferida pela Lei Municipal 4751/2025, torna público o presente **EDITAL DE CONVOCAÇÃO** para o Processo de Escolha Suplementar para membros suplentes dos Conselhos Tutelares dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município

de Aracruz, para o período residual compreendido entre a posse até um dia anterior à posse dos novos conselheiros eleitos, (09/01/2024), aprovado pela **RESOLUÇÃO CMDCA 005, de 11 de junho de 2025**, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Espírito Santo no dia 18 de junho de 2025.

1 - DO PROCESSO DE ESCOLHA:

1.1. O Processo de Escolha Suplementar é disciplinado pela Lei Municipal n.º 4.751/2025, que dispõe sobre a Política Municipal Dos Direitos Da Criança e do Adolescente e pela Resolução n.º 231/2022 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, sendo realizado sob a responsabilidade deste Conselho e fiscalização do Ministério Público;

1.2. Os membros suplentes do Conselho Tutelar serão escolhidos mediante o sufrágio universal, voto direto, secreto e facultativo dos eleitores do município de Aracruz, em **05 de outubro de 2025**.

1.3. Assim sendo, para regulamentar e dar publicidade ao Processo de Escolha Suplementar para membros do Conselho Tutelar para o período residual referido, o CMDCA **torna público** o presente Edital, nos seguintes termos:

2 - DO CONSELHO TUTELAR:

2.1 O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos na Lei Federal nº 8.069/1990 e complementados pela Lei 4.751/2025, sendo composto por 05 (cinco) membros Titulares, escolhidos pela comunidade local para mandato de 04 (quatro) anos, em igualdade de escolha com os demais pretendentes;

2.2 Cabe aos membros do Conselho Tutelar, agindo de forma colegiada, o exercício das atribuições contidas nos artigos 18-B, Parágrafo Único, 90, §3º, inciso II, 95, 131, 136, 191 e 194, todos da Lei n.º 8.069/90, observados os deveres e vedações estabelecidos por este Diploma, assim como pela Lei Municipal n.º 4.751/2025, Artigos 54 e 55;

2.3 O presente Edital trata-se da seleção de Conselheiros Tutelares a fim de compor quadro de suplentes para a função pública de membro do Conselho Tutelar da 1ª Região, localizado na sede do município e para Conselho Tutelar da 2ª Região, localizado em Barra do Riacho ou para a titularidade nos casos de vacância previstos nas legislações de referência.

2.4 Por força do disposto no artigo 5º, inciso II, da Resolução nº 231/2022, do CONANDA, a candidatura deverá ser individual, não sendo admitida a composição de chapas.

3 - DOS REQUISITOS BÁSICOS EXIGIDOS DOS CANDIDATOS A MEMBRO DO CONSELHO TUTELAR:

3.1 Por força do disposto no artigo 133, da Lei nº 8.069/90, e do Artigo 67 da Lei Municipal nº 4.751/2025, os candidatos a membro do Conselho Tutelar devem preencher, cumulativamente, os seguintes requisitos:

- 3.1.1** Ser maior de 21 (vinte e um) anos de idade;
- 3.1.2** Ter reconhecida idoneidade moral, firmada em documento próprio, segundo critérios estipulados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, através de Resolução;
- 3.1.3** Residir no município, no mínimo há 03 (três) anos e comprovar domicílio eleitoral;

3.1.4 Estar no gozo de seus direitos políticos;

3.1.5 Apresentar no momento da inscrição, diploma, certificado ou declaração de conclusão de ensino médio;

3.1.6 Não ter sido penalizado com a destituição de cargo de Conselheiro Tutelar;

3.1.7 Experiência mínima de 2 (dois) anos na promoção, controle ou defesa dos direitos da criança e do adolescente, em entidades de atendimento devidamente registrada e reconhecida pelo CMDCA;

3.1.8 Comprovação de conhecimento sobre o Direito da Criança e do Adolescente, sobre o Sistema de Garantia de Direitos das Crianças e Adolescentes e sobre informática básica, por meio de prova de caráter eliminatório, a ser formulada sob responsabilidade do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente de Aracruz, tendo por objetivo informar ao eleitor sobre o nível mínimo de conhecimentos teóricos específicos dos candidatos.

3.1.8.1 O Município deverá oferecer, antes da realização da prova a que se refere o inciso VIII deste artigo, minicurso preparatório, abordando a legislação que versa sobre os Direitos das Crianças e Adolescentes que será cobrado na prova, de frequência obrigatória dos candidatos.

3.1.9 Não incidir nas hipóteses do art. 1º, inc. I, da Lei Complementar Federal n. 64/1990 (Lei de Inelegibilidade);

3.1.10 Não ser membro, no momento da publicação do edital, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

3.1.11 Não possuir os impedimentos previstos no art. 140 e Parágrafo único da Lei Federal 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

4 - DAS VAGAS, JORNADA DE TRABALHO E REMUNERAÇÃO:

4.1 O presente Processo de Escolha Suplementar, destina-se ao preenchimento de cadastro de suplentes para a função de Conselheiro Tutelar do Município de Aracruz-ES, com mandato para período residual até 09 de janeiro de 2028 para a titularidade nos casos de vacância previstos nas legislações de referência.

4.2 Os Suplentes assumirão em caso de vacância, licenças, férias e afastamento médico do Titular, pela ordem de classificação ou a titularidade nas hipóteses previstas no artigo 95 da Lei Municipal nº 4.751/2025.

4.3 A atuação do Conselheiro Tutelar suplente acontecerá apenas pelo tempo de afastamento do Conselheiro Tutelar titular, com direito a remuneração pertinente ao período de atuação.

4.4 Os membros do Conselho Tutelar exercerão suas atividades em regime de dedicação especial, conforme previsto no Artigo 55, § 2º da Lei Municipal nº 4.751/2025 para o funcionamento do órgão, sem prejuízo do atendimento em regime de plantão/sobreaviso, assim como da realização de outras diligências e tarefas inerentes ao órgão;

4.5 O valor do vencimento é de: R\$ 3.762.62 (três mil, setecentos e sessenta e dois reais e sessenta e dois centavos);

4.6 Conforme Artigo 89 da Lei 4.751/2025, se o eleito para o Conselho Tutelar for servidor público municipal ocupante de cargo efetivo, poderá optar entre a remuneração do cargo de Conselheiro Tutelar ou o valor de sua remuneração, ficando-lhe

garantidos:

4.6.1 Retorno ao cargo para o qual foi aprovado em concurso, quando findado o seu mandato de Conselheiro Tutelar;

4.6.2 A contagem do tempo de serviço para todos os efeitos legais.

5 - DOS IMPEDIMENTOS:

5.1 São impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar os cônjuges, companheiros, ainda que em união homoafetiva, ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, conforme previsto no artigo 140, da Lei nº 8.069/90 e artigo 15, da Resolução nº 231/2025, do CONANDA e Artigo 86 da Lei 4.751/2025;

5.2 Estende-se o impedimento do conselheiro tutelar em relação à autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e da Juventude da mesma comarca.

6 - DA COMISSÃO ORGANIZADORA ELEITORAL:

6.1 Compete à Comissão Organizadora Eleitoral:

- a) conduzir o processo de escolha;
- b) analisar e decidir os pedidos de registro de candidatura e dar ampla publicidade à relação dos candidatos inscritos;
- c) receber as impugnações apresentadas contra candidatos que não atendam os requisitos exigidos, fornecendo protocolo ao impugnante;
- d) notificar os candidatos impugnados, concedendo-lhes prazo para apresentação de defesa;
- e) decidir, em primeira instância administrativa, acerca da impugnação das candidaturas, podendo, se necessário, ouvir testemunhas eventualmente arroladas, determinar a juntada de documentos e a realização de outras diligências;
- f) realizar reunião destinada a dar conhecimento formal das regras da campanha aos candidatos considerados habilitados ao pleito, que firmarão compromisso de respeitá-las, sob pena de indeferimento do registro da candidatura, sem prejuízo da imposição das sanções previstas na legislação local;
- g) estimular e facilitar o encaminhamento de notícias de fatos que constituam violação das regras de campanha por parte dos candidatos ou à sua ordem;
- h) escolher e divulgar os locais de votação e apuração de votos;
- i) divulgar, imediatamente após a apuração, o resultado oficial da votação;
- j) notificar pessoalmente o Ministério Público, com a antecedência devida, de todas as etapas do certame, dias e locais de reunião e decisões tomadas pelo colegiado;
- k) divulgar amplamente o pleito à população, com o auxílio do CMDCA e do Poder Executivo local, estimulando ao máximo a participação dos eleitores.

6.2 Das decisões da Comissão Eleitoral Organizadora caberá recurso em 2ª instância à plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que se reunirá, em caráter extraordinário, para decisão com o máximo de celeridade.

7- DO PROCESSO DE ESCOLHA:

7.1 O Processo de Escolha Suplementar para membros do Conselho Tutelar observará o **Calendário Anexo I** ao presente Edital;

7.2 A Comissão eleitoral publicará, após o resultado da prova de aferição, resolução que dispõe sobre o número dos candidatos; as condutas vedadas aos candidatos e seus respectivos fiscais na campanha eleitoral; a localização das sessões eleitorais; os procedimentos de votação e de apuração dos votos no Processo de Escolha Suplementar dos Membros dos Conselhos Tutelares de Aracruz;

8 - INSCRIÇÃO DOS CANDIDATOS/ ENTREGA DOS DOCUMENTOS

8.1 A participação no presente Processo de Escolha Suplementar iniciar-se-á pela inscrição por meio de requerimento impresso, e será efetuada no prazo e nas condições estabelecidas neste Edital;

8.2 A inscrição só poderá ser realizada pelo interessado;

8.2.1 As candidaturas são individuais, podendo os candidatos registrar um apelido, por ocasião da inscrição;

8.3 Antes de efetuar a inscrição, o candidato deverá conhecer o edital e certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos para a investidura na função de conselheiro tutelar;

8.4 As inscrições ficarão abertas do dia **25 (vinte e cinco) de junho à 25 (vinte e cinco) de julho de 2025**, em horário de atendimento ao público das 08h às 16h, na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Aracruz, situado à Rua Padre Luiz Parenzi, nº 523^a, Centro, Aracruz-ES.

8.5 Ao realizar a inscrição, o candidato deverá, obrigatoriamente e sob pena de indeferimento de sua candidatura, apresentar os seguintes documentos:

- a) Ficha de inscrição (anexo II);
- b) carteira de identidade ou documento equivalente (cópia);
- c) título de eleitor, (cópia);
- d) sendo candidato do sexo masculino, certidão de quitação com as obrigações militares; e)
- e) comprovação de residência no município há pelo menos 3 anos (cópia);
- f) comprovante de experiência de no mínimo 2 (dois) anos no trato com crianças e adolescentes mediante certificado ou declaração emitido por entidade ou órgão público em que atuou;
- g) certificado de conclusão do ensino médio (cópia);
- h) certidão de antecedentes criminais fornecido pela Polícia Civil do Estado onde se encontra inscrito no registro geral (RG), Certidão negativa de antecedentes criminais emitidas pela Justiça Federal da região de seu domicílio e Certidão negativa de antecedentes criminais e cível emitida pela Secretaria ou Cartório distribuidor de feitos da comarca onde possui domicílio, certidão de quitação eleitoral;
- i) certidão de antecedentes com firma reconhecida em cartório, fornecido por 02 (duas) entidades de sua comunidade;
- j) laudo psicológico, expedido por profissional habilitado, *atestando estar apto para exercer suas funções como conselheiro tutelar*;

8.6 Eventuais entraves à inscrição de candidaturas ou à juntada de documentos devem

ser imediatamente encaminhados ao CMDCA e ao Ministério Público;

8.7 As informações prestadas e documentos apresentados por ocasião da inscrição são de total responsabilidade do candidato.

8.8 Não será admitida a entrega de qualquer documento após o prazo de encerramento das inscrições;

8.9 A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital e na Lei Municipal nº. 4.751/2025, bem como das decisões que possam ser tomadas pela Comissão Especial e pelo CMDCA em relação aos quais não poderá alegar desconhecimento.

9 - ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA:

9.1 Encerrado o prazo de inscrição de candidaturas, a Comissão Eleitoral Organizadora designada pelo CMDCA efetuará, análise da documentação exigida neste Edital, com a subsequente publicação da relação dos candidatos inscritos;

9.2 A relação dos candidatos inscritos e a documentação respectiva serão encaminhadas ao Ministério Público para ciência, no prazo de 01 (um) dia, após a publicação referida no item anterior

10 - DA IMPUGNAÇÃO ÀS CANDIDATURAS:

10.1 Encerrado o prazo das inscrições, o CMDCA divulgará através de resolução a relação com o nome dos candidatos inscritos, abrindo o prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de divulgação, para que qualquer cidadão, o Ministério Público ou o próprio CMDCA, apresente, por escrito, pedido de impugnação da candidatura, devidamente fundamentado;

10.2 Oferecida a impugnação, o CMDCA dará ciência formal ao candidato e, em prazo não superior a 2 (dois) dias, emitirá parecer, acolhendo ou rejeitando a impugnação, dando ciência de sua decisão ao candidato;

10.3 Ao candidato, cuja impugnação tiver sido acolhida, caberá recurso no prazo de 2 (dois) dias a Comissão Organizadora Eleitoral, sem prejuízo das medidas judiciais previstas na legislação;

10.4 Findo o prazo aberto para apresentação das impugnações, e após a solução das que tiverem sido interpostas, o CMDCA fará a divulgação, por resolução, da relação de candidaturas confirmadas não havendo mais prazos para impugnações.

11 - PROVA DE AFERIÇÃO DE CONHECIMENTO.

11.1 A prova de aferição de conhecimentos, de caráter eliminatório, será dividida em objetiva e discursiva e versará sobre temas de Direito da Criança e Adolescente, Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes, conhecimentos de Informática Básica e demais aspectos da função, conforme conteúdo programático disposto no **ANEXO I**.

11.2 A prova objetiva constará 40 questões de múltipla escolha, com 5 alternativas para cada questão, sendo 20 questões de conhecimento básico no valor de 1,0 ponto e 20 questões de conhecimento específico no valor de 1,5 pontos, no total de 50 pontos.

11.3 A prova discursiva consistirá em análise de caso hipotético e considerará:

a) Domínio da língua portuguesa;

11.4 Observância da legislação vigente;

11.5 A prova prática consistirá na transformação

do texto produzido manualmente num documento eletrônico devidamente digitado e formatado nos moldes definido pela ABNT.

11.6 O candidato terá 04 horas para realizar a prova.

11.7 A prova será realizada no dia **17 de agosto de 2025** e o cronograma com horário e local da realização das provas será divulgado posteriormente;

11.8 Caso haja necessidade de alterar dia, horário e local de realização das provas, a Comissão Eleitoral Organizadora publicará as alterações, em todos os locais onde o Edital tiver sido afixado, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias;

11.9 É de responsabilidade do candidato, acompanhar nos locais onde o edital for publicado, eventuais alterações no que diz respeito ao dia, horário e local de realização das provas;

11.10 Os candidatos deverão comparecer ao local da prova com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, antes da hora marcada para o seu início, caneta esferográfica transparente de tinta azul ou preta e de documento oficial de identidade;

11.11 Após entrar em sala e durante a realização da prova, não será admitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, dicionários, códigos, papéis, manuais, impressos ou anotações, agendas eletrônicas ou similares, telefone celular, smartphones, tablets, iPod®, ipad, pendrive, BIP, walkman, gravador ou similares, máquina de calcular, MP3, MP4 ou similares, notebook, palmtop, receptor, máquina fotográfica ou similares, controle de alarme de carro ou qualquer outro receptor de mensagens, nem o uso de relógio de qualquer forma, material ou especificação, óculos escuros ou quaisquer acessórios de chapelaria, tais como: chapéu, boné, gorro, etc. Também não será admitida a utilização de qualquer objeto/material, de qualquer natureza, que cubra a orelha ou obstrua o ouvido.

11.12 Em hipótese alguma haverá prova fora do local e horário determinados, ou segunda chamada para as provas;

11.13 Serão excluídos do processo de escolha suplementar, o candidato que, por qualquer motivo, faltar à prova ou, durante a sua realização, for flagrado comunicando-se com outro candidato ou com pessoas estranhas, por gestos, oralmente, por escrito, por meio eletrônico ou não;

11.14 Serão automaticamente excluídos do processo de escolha o candidato que não devolver a folha oficial de respostas ou devolvê-la sem assinatura;

11.15 O candidato, com deficiência ou não, que necessitar de qualquer tipo de condição especial para a realização das provas, deverá solicitá-la, por escrito, no ato da inscrição, indicando os recursos especiais materiais e humanos necessários, o qual será atendido dentro dos critérios de viabilidade e razoabilidade;

11.16 A candidata inscrita em fase de amamentação que sentir necessidade de amamentar durante o período de realização da prova, deverá levar um acompanhante, que ficará com a criança em sala reservada, determinada pela Comissão Eleitoral Organizadora. Durante o processo de amamentação a candidata será acompanhada apenas por uma fiscal, devendo o acompanhante retirar-se da sala;

11.17 Pela concessão à amamentação, será concedido tempo adicional à candidata lactante, não superior a 30 minutos;

11.18 O gabarito será divulgado pela Comissão

Eleitoral Organizadora em até 24 horas da realização da prova de conhecimento, sendo afixado no mural da Casa dos Conselhos de Aracruz;

11.19 Serão aprovados aqueles que atingirem no mínimo 60% da pontuação total atribuída à prova;

11.20 A relação dos candidatos aprovados será publicada no mural da casa dos Conselhos de Aracruz-ES.

12 - ELEIÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR:

12.1 A eleição suplementar será realizada no dia **05 de outubro de 2025, das 9 às 15h;**

12.2 Os locais de votação serão definidos pela Comissão Eleitoral até o dia **1º de outubro de 2025**, e serão publicados nos locais oficiais de publicação do Município, inclusive em sua página eletrônica.

12.3 Poderá ser utilizada para votação urna eletrônica e/ou urna manual cedida pela Justiça Eleitoral, observadas as disposições das resoluções aplicáveis expedidas pelo Tribunal Superior Eleitoral e Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Espírito Santo ou cédula Eleitoral;

12.4 As cédulas para votação manual serão elaboradas pela Comissão Eleitoral Organizadora, adotando parâmetros similares aos empregados pela Justiça Eleitoral em sua confecção;

12.5 Nas cabines de votação serão fixadas listas com relação de nomes, codinomes e número dos candidatos a membro do Conselho Tutelar;

12.6 As mesas receptoras de votos deverão lavar atas segundo modelo fornecido pela Comissão Eleitoral Organizadora, nas quais serão registradas eventuais intercorrências ocorridas no dia da votação, além do número de eleitores votantes em cada uma das urnas;

12.7 Poderão votar todos os cidadãos eleitores do Município de Aracruz, com a apresentação do documento de identidade e o respectivo título de eleitor, cujo nome conste do caderno de eleitores fornecido pelo Tribunal Regional Eleitoral;

12.8 Após a identificação, o eleitor assinará a lista de presença e procederá a votação;

12.9 O eleitor que não souber ou não puder assinar, usará a impressão digital como forma de identificação;

12.10 Não se admitirá a inclusão manual de nomes ao caderno de eleitores nem o voto de eleitores cujo nome não esteja ali indicado.

12.11 O eleitor votará uma única vez, em um único candidato, na Mesa Receptora de Votos na seção instalada;

12.12 No caso de votação manual, votos em mais de um candidato ou que contenham rasuras que não permitam aferir a vontade do eleitor serão anulados, devendo ser colocados em envelope separado, conforme previsto no regulamento da eleição;

12.13 Será também considerado inválido o voto:

- a) cuja cédula contenha mais de 01 (um) candidato assinalado;
- b) cuja cédula não estiver rubricada pelos membros da mesa de votação;
- c) cuja cédula não corresponder ao modelo oficial;
- d) que tiver o sigilo violado.

Efetuada a apuração, os candidatos eleitos serão considerados suplentes, ressalvada a ocorrência de alguma das vedações legais acima referidas, pela ordem de votação;

13 - DOS RECURSOS

13.1 Será admitido recurso quanto:

- a) ao deferimento e indeferimento da inscrição do candidato;
- b) à aplicação e às questões da prova de conhecimento;
- c) ao resultado da prova de conhecimento;
- d) à eleição dos candidatos;
- e) ao resultado final.

13.2 O prazo para interposição de recurso será de 2 (dois) dias após a concretização do evento (deferimento e indeferimento da inscrição do candidato, aplicação da prova, questões da prova, publicação do resultado da prova, eleição dos candidatos, publicação do resultado final).

13.3 O prazo será computado excluindo o dia da concretização do evento e incluindo o dia do vencimento.

13.4 Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil subsequente se o vencimento cair em feriado ou em finais de semana.

13.5 Admitir-se-á um único recurso por candidato, para cada evento referido no item 13.1 deste Edital, devidamente fundamentado, sendo desconsiderado recurso de igual teor;

13.6 Os recursos deverão ser entregues na sede do CMDCA no endereço situado à Rua Padre Luiz PARENZE, nº 523 A, Centro, das 12:00 às 16:00 horas, em envelope lacrado;

13.7 O recurso interposto fora do respectivo prazo não será aceito;

13.8 Não serão aceitos os recursos interpostos em prazo destinado a evento diverso do questionado;

13.9 Não serão aceitos recurso escritos a mão. Os recursos deverão ser digitados;

13.10 Quanto ao recurso referente ao item 13.1, C deve-se observar: cada questão deverá ser apresentada em folha separada; **(modelo anexo IV)**

13.11 Cabe à Comissão Eleitoral Organizadora decidir, com a devida fundamentação, sobre os recursos no prazo de 4 (quatro) dias;

13.12 O prazo será computado excluindo o dia do recebimento do recurso e incluindo o dia do vencimento;

13.13 Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil subsequente se o vencimento cair em feriado ou em finais de semana;

13.14 Da decisão da Comissão caberão recurso ao Plenário do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente que decidirá, com a devida fundamentação, em igual prazo;

13.15 O(s) ponto(s) relativo(s) à(s) questão(s) eventualmente anulada(s) será (ão) atribuído(s) a todos os candidatos presentes à prova, independentemente de formulação de recurso;

13.16 O gabarito divulgado poderá ser alterado, em função dos recursos impetrados, e as provas serão corrigidas de acordo com o gabarito oficial definido;

13.17 Na ocorrência do disposto nos itens 13.10 e 13.11 poderá haver, eventualmente, alteração da

classificação inicial obtida para uma classificação superior ou inferior, ou, ainda, poderá ocorrer a desclassificação do candidato que não obtiver a nota mínima exigida para a prova;

13.18 As decisões dos recursos serão dadas a conhecer aos candidatos por meio de divulgação na sede do CMDCA no endereço situado à Rua Padre Luiz Parenze, nº 523 A, Centro, Aracruz-ES, e ficarão disponibilizados durante todo o período da realização do processo de escolha.

14 - DAS VEDAÇÕES AOS CANDIDATOS DURANTE O PROCESSO DE ESCOLHA:

14.1 Conforme previsto no art. 139, §3º, da Lei nº 8.069/90, é vedado ao candidato doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor;

14.2 É também vedada a prática de condutas abusivas ou desleais que acarretem vantagem indevida ao candidato, como a "boca de urna" e o transporte de eleitores, dentre outras previstas na Lei nº 9.504/97 (Lei Eleitoral), pois embora não caracterizem crime eleitoral, importam na violação do dever de idoneidade moral que se constitui num dos requisitos elementares das candidaturas;

14.3 Os candidatos que praticarem quaisquer das condutas relacionadas nos itens anteriores, durante e/ou depois da campanha, inclusive no dia da votação, terão cassado seu registro de candidatura ou diploma de posse, sem prejuízo da apuração da responsabilidade civil e mesmo criminal, inclusive de terceiros que com eles colaborem;

14.4 Caberá à Comissão Eleitoral Organizadora ou, após sua dissolução, à Plenária do CMDCA, decidir pela cassação do registro da candidatura ou diploma de posse, após a instauração de procedimento administrativo no qual seja garantido ao candidato o exercício do contraditório e da ampla defesa.

15 - DIVULGAÇÃO DO RESULTADO FINAL:

15.1 Ao final de todo o Processo, a Comissão Eleitoral Organizadora encaminhará relatório ao CMDCA, que fará divulgar no Diário Oficial ou em meio equivalente, o nome dos candidatos suplentes eleitos para o Conselho Tutelar;

15.2 Havendo empate no número de votos, será considerado eleito:

- o candidato que tiver obtido o maior número de votos na prova de aferição de conhecimentos;
- persistindo o empate, terá preferência o candidato com mais idade;

15.3 Os candidatos eleitos serão suplentes, obedecendo a ordem decrescente de classificação;

16 - DA POSSE:

16.1 A posse dos membros do Conselho Tutelar será concedida pelo Presidente do CMDCA local, em dia, horário e local a ser definido, conforme previsto no art. 139, §2º, da Lei nº 8.069/90;

16.2 Os candidatos deverão tomar posse, de modo a assegurar a continuidade no funcionamento do órgão, em caso de férias, licenças ou impedimentos dos titulares.

17 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

17.1 Cópias do presente Edital e demais atos da Comissão Eleitoral Organizadora dele decorrentes serão publicadas, com destaque, nos órgãos oficiais de imprensa, no sítio eletrônico da Prefeitura

Municipal de Aracruz, bem como afixadas no mural da Casa dos Conselhos;

17.2 Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Eleitoral Organizadora, observadas as normas legais contidas na Lei Federal nº 8.069/90 e na Lei Municipal nº 4.751/2015;

17.3 É de inteira responsabilidade dos candidatos acompanhar a publicação de todos os atos, editais e comunicados referentes ao processo de escolha suplementar dos membros do Conselho Tutelar;

17.4 É facultado aos candidatos, por si ou por meio de representantes credenciados perante a Comissão Eleitoral Organizadora, acompanhar todo desenrolar do processo de escolha, incluindo as cerimônias de lacração de urnas, votação e apuração;

17.5 Cada candidato poderá credenciar, até 48 (quarenta e oito) horas antes do pleito, 01 (um) representante por local de votação e 01 (um) representante para acompanhar a apuração dos votos;

17.6 A aprovação e a classificação final geram para o candidato eleito na suplência apenas a expectativa de direito ao exercício da função.

17.7 Os trabalhos da Comissão Eleitoral Organizadora se encerram com o envio de relatório final contendo as intercorrências e o resultado da votação ao CMDCA;

17.8 O descumprimento das normas previstas neste Edital implicará na exclusão do candidato ao processo de escolha.

17.9 Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Encaminhe-se cópias ao Poder Executivo, Ministério Público, Poder Judiciário.

Aracruz, 11 de junho de 2025.

Gilcinea Xavier Ferreira Presidente - CMDCA - Resolução CMDCA 028/2024

ANEXO I

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

CONHECIMENTO BÁSICO

Língua Portuguesa: 1. Fonologia (Acentuação gráfica); 2. Morfologia (Estrutura e Formação de Palavras); 3. Sintaxe: (Termos essenciais e integrantes da oração); 4. Estilística- (Pontuação, Concordância verbal e nominal e Crase); 5. Leitura e interpretação de texto

Informática Básica: 1. Sistema Operacional; 1.1 Windows Explorer; 1.2 Aplicativos; 1.3 E-mail; 2. Office; 2.1 Microsoft Word; 2.2 Microsoft Excel; 3. LibreOffice; 3.1 Writer; 3.2 Calc; 4. Google Suíte; 4.1 Google Documentos; 4.2 Google Planilhas.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Noções de Direito Constitucional: 1. Da Ordem Social; 1.1 Seguridade Social; 1.2 Previdência Social; 1.3 Assistência Social; 1.4 Educação, Cultura e Desporto; 2. Da Criança, Do Adolescente, Do Jovem e Do Idoso.

Noções de Direito Civil: 1. Código Civil; 1.1 Da proteção da Pessoa dos Filhos; 1.2 Guarda; 1.3 Das Relações de Parentesco; 1.4 Filiação; 1.5 Reconhecimento dos Filhos; 1.6 Adoção; 2. Do Poder Familiar; 2.1 Exercício do Poder Familiar; 2.2 Suspensão e Extinção do Poder Familiar; 3. Do Usufruto e da Administração dos Bens de Filhos

Menores; 3.1 Dos Alimentos.

Legislação: 1. Lei 8.069/1990 (*Estatuto da Criança e do Adolescente*); 2. Lei 12.594/2012 (*Lei do SINASE - Sistema Nacional de Atendimento Socio Educativo*); 3. Lei 13.010/2014 (*Lei Menino Bernardo ou Lei da Palmada*); 4. Lei 13.257/2016 (*Lei da Primeira Infância*); 5. Lei 13.431/2017 (*Lei da Escuta Especializada*); 6. Lei 14.344/2022 (*Lei do Henry Borel*); 7. Lei Municipal 4.751/2025 (*Lei da Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescentes*).

ANEXO II

Calendário:

CALENDÁRIO ELEIÇÃO SUPLENTE CONSELHO TUTELAR ARACRUZ - 2025

PUBLICAÇÃO DO EDITAL	23/06
INSCRIÇÃO	25/06 à 25/07
Divulgação das inscrições deferidas e indeferidas	31/07
Recurso contra indeferimento à comissão	31/07 à 04/08
Recurso contra decisão da comissão junto à plenária do CMDCA	06/08 à 08/08
Homologação do Resultado Final	11/08
MiniCurso de Preparação (obrigatório)	15/08
Provas	17/08
Resultado preliminar	27/08
Recursos	27/08 até 29/08
Resultado Final	05/09
Reunião pra firmar compromisso eleitoral	08/09
Campanha eleitoral	08/09 até 09/10
Divulgação dos locais de votação	Até 01/10
Eleição	05/10
Apuração e Divulgação dos resultados	05/10
Curso de Preparação (obrigatório)	13/10
Posse dos candidatos eleitos	15/10

ANEXO III

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE ARACRUZ FICHA DE INSCRIÇÃO DE CANDIDATO E APRECIÇÃO DOS DOCUMENTOS

Ficha de Inscrição de Candidato nº:

Nome completo:

Endereço residencial:

Telefone:

Documentos apresentados:	
1- () Uma foto 3x4	8- () Diploma ou Histórico Escolar ou Declaração de Conclusão de Curso Ensino Médio (cópia)
2- () Certidão de antecedentes criminais fornecido pela Polícia Civil do Estado;	9- () Formulário de comprovação de experiência de 2 (dois) anos no trato com crianças devidamente preenchido (original)
3- () Documento oficial de identificação (original e cópia)	10- () Comprovante de quitação com as obrigações militares (homens)

4- () Conta de água, luz ou telefone fixo (cópia), para comprovação de residência no município há pelo menos 2 anos	11- () Atestado de antecedentes com firma reconhecida em cartório, fornecido por 02 (duas) Entidades de sua comunidade;
5- () Título de eleitor, com comprovante de votação ou justificativa da última eleição	12- () Laudo psicológico que está apto a exercer as funções como Conselheiro Tutelar
6- () Carteira de habilitação tipo B (cópia)	13- () Certidão negativa de antecedentes criminais emitidas pela Justiça Federal
7- () Certidão negativa de antecedentes criminais e cível	

Número dos itens que não foram entregues no ato da inscrição:

EuXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXdeclaro que li o Edital CMDCA nº 001/2025 e que preencho todos os requisitos exigidos nele para investidura da função de conselheiro tutelar.

Assinatura do Candidato

ANEXO IV - (modelo)

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE ARACRUZ FORMULÁRIO PARA FINS DE COMPROVAÇÃO DE EXPERIÊNCIA DE ATUAÇÃO EM ATIVIDADES RELACIONADAS AO ATENDIMENTO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE

Nome:

Profissão atual:

Escolaridade:

Idade:

Tomador do serviço (nome da pessoa física ou jurídica)	Atividades desenvolvidas	Período (data de início e término)	Contato do tomador do serviço (endereço, telefone e nome completo do chefe imediato)

Atesto, sob as penas da Lei, que as informações prestadas são verdadeiras e declaro estar ciente das penalidades cabíveis, previstas no Artigo 299 do Código Penal. de de 2025.

Assinatura do Candidato

ANEXO V (modelo)

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE ARACRUZ Modelo para Interposição de Recursos Contra Questões Da Prova Objetiva

Processo de Escolha do Conselho Tutelar do Município de Aracruz-ES Candidato:

Nº. do Documento de Identidade:

Nº. de Inscrição: